

CONTRAVENÇÃO, NEGÓCIOS E DITADURA: A EXPANSÃO ECONÔMICA DO JOGO DO BICHO DURANTE O REGIME EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRO

MALVENCIÓN, EMPRESAS Y DICTADURA: LA EXPANSIÓN ECONÓMICA DEL JOGO DO BICHO DURANTE EL REGIMEN EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEÑO

MISDEVENTION, BUSINESSES AND DICTATORSHIP: THE ECONOMIC EXPANSION OF JOGO DO BICHO DURING THE BRAZILIAN BUSINESS-MILITARY REGIME

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.59257>

Pedro Henrique Campos¹

Luiz Anselmo Bezerra²

Resumo: O presente artigo pretende analisar o desenvolvimento do jogo do bicho enquanto empresa durante a ditadura. Entendemos que o regime político imposto no país após o golpe de 1964 constituiu uma ditadura empresarial-militar, que forjou um ambiente fértil para a expansão do capitalismo no país. O jogo do bicho foi formado no final do século XIX e se estruturou enquanto negócio ao longo do tempo, tornando-se uma empresa capitalista, dominada pelos “banqueiros” e com emprego de vasta força de trabalho. Utilizamos depoimentos de agentes do setor e especialistas, além de matérias da imprensa e outras fontes, analisando a trajetória de alguns dos principais banqueiros do bicho no período. Concluímos que o desenvolvimento e concentração de recursos no jogo do bicho no período é expressão do próprio caráter da ditadura, em sua feição violenta, autocrática, pró-empresarial e incentivadora da centralização de capitais e formação de grandes grupos econômicos.

Palavras-chave: Jogo do Bicho. Ditadura empresarial-militar. Contravenção. Empresa. Empresariado.

Resumén: Este artículo tiene como objetivo analizar el desarrollo del Jogo do Bicho como empresa durante la dictadura. Entendemos que el régimen político impuesto en el país tras el golpe de 1964 constituyó una dictadura empresarial-militar, que forjó un ambiente fértil para la expansión capitalista en el país. Jogo do Bicho se formó a finales del siglo XIX y con el tiempo se estructuró como una empresa, convirtiéndose en una empresa capitalista, dominada por “banqueros” y empleando una vasta fuerza laboral. Utilizamos testimonios de agentes y expertos de la industria, así como artículos de prensa y otras fuentes, analizando la trayectoria de algunos de los principales banqueros del animal en el período. Concluimos que el desarrollo y concentración de recursos en el Jogo do Bicho durante el período es una expresión del carácter de la dictadura misma, en su aspecto violento, autocrático, proempresarial y fomentar la centralización del capital y la formación de grandes grupos económicos.

Palabras clave: Juego de animales. Dictadura empresarial-militar. Contravención. Empresa. Negocio.

Abstract: This article aims to analyze the development of Jogo do Bicho as a company during the dictatorship. We understand that the political regime imposed in the country after the 1964 coup constituted a business-military dictatorship, which forged a fertile environment for capitalist expansion in the country. Jogo do Bicho was formed at the end of the 19th century and was structured as a business over time, becoming a capitalist company, dominated by “bankers” and employing a vast workforce. We use testimonials from industry agents and experts, as well as press articles and other sources, analyzing the trajectory of some of the main bankers of the animal in the period. We conclude that the development and concentration of resources in the Jogo do Bicho during the period is an expression of the character of the dictatorship itself, in its violent, autocratic, pro-business aspect and encouraging the centralization of capital and the formation of large economic groups.

Keywords: Animal game. Business-military dictatorship. Contravention. Company. Business.

Introdução:

No final de 2023, a rede de *streaming* *Globoplay* lançou a série documental “Vale o escrito: a guerra do jogo do bicho”, mostrando os conflitos, assassinatos e violência envolvendo as disputas nas famílias que controlam o jogo do bicho e outros negócios na cidade e no estado do Rio de Janeiro. A série logo se tornou a mais assistida na plataforma digital (UOL, 2023), gerando grande atenção no público e tornando-se assunto recorrente em rodas de conversa e debates jornalísticos e acadêmicos pela cidade e o país, em meio à realidade social presente dos conflitos envolvendo tráfico de drogas, milícias e as próprias famílias do jogo do bicho. A série remete a um gênero comum na produção cinematográfica de Hollywood, que diz respeito aos filmes sobre as máfias atuantes nos Estados Unidos. “Vale o Escrito” foi antecedida por outra série de sucesso, “Doutor Castor”, acerca de um dos principais agentes da contravenção na história da cidade do Rio de Janeiro, Castor de Andrade. Devido ao sucesso de público, a plataforma digital promete a continuação com novas temporadas que abordam outras famílias de bicheiros da região metropolitana do Rio.

O presente artigo pretende analisar o desenvolvimento do jogo do bicho enquanto um negócio capitalista durante o período da ditadura brasileira, entendida aqui enquanto um regime de perfil empresarial-militar, na linha de interpretação de René Armand Dreifuss (1981). Nosso problema diz respeito ao entendimento de como se deu a trajetória dos bicheiros durante o período e qual era a relação dos “banqueiros” do jogo com o Estado ditatorial.

Para dar conta desse propósito, utilizamos algumas fontes primárias e secundárias. Acessamos matérias da imprensa no período, alguns depoimentos fornecidos pelos agentes analisados, bem como especialistas, além de pesquisas desenvolvidas por jornalistas e pesquisadores acadêmicos dedicados ao tema. O artigo está dividido em três partes. Na primeira, debatemos o caráter da ditadura, apontando o seu perfil pró-empresarial, que promoveu um processo de modernização do capitalismo brasileiro, de forma autoritária e excludente, promovendo a concentração de renda e capitais. Na segunda parte, abordamos o jogo do bicho e sua história, enfatizando que se trata de uma empresa, que mobiliza força de trabalho, gera mais-valia e renda para os controladores do negócio. Por fim, na terceira e última parte do texto abordamos a atuação do jogo do bicho durante a ditadura, ressaltando a relação dos bicheiros com o aparato repressivo e o incremento do aspecto empresarial do negócio, com a conformação de um oligopólio no setor, a “cúpula” do jogo do bicho. Na conclusão relacionamos o perfil da ditadura brasileira e o desenvolvimento do jogo do bicho enquanto empresa ao longo do regime.

Ditadura, ordem empresarial e tendência a oligopolização dos capitais:

Nos estudos sobre o golpe de 1964 a tese de René Armand Dreifuss se destaca na medida em que consegue apontar, de forma documentada, a mobilização e organização do empresariado, sobretudo de grande porte e ligado ao capital estrangeiro, com a organização de um projeto de reformulação do Estado e

de derrubada do governo João Goulart antes de 1964. O livro, publicado originalmente em 1981, trazia de forma mais consolidada e bem acabada a tese de que o movimento que derrubou Jango foi um golpe civil-militar, o que não implica afirmar que toda a sociedade brasileira abraçou o golpe de Estado. Pelo contrário, conforme salientou o autor: “O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder.” (Dreifuss, 1981, p. 488). Dessa forma, o autor apontou como o golpe tinha um viés de classe e representou uma movimentação de segmentos organizados da classe dominante com o fito de interromper a ação do governo reformista de Goulart e implementar uma ordem empresarial no país, com a reformulação do Estado no sentido de proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento dos negócios capitalistas, em especial para os grandes grupos econômicos internacionais e brasileiros.

A tese da relevância do empresariado no golpe de Estado de 1964 teve continuidade com diversas pesquisas realizadas posteriormente, o que ganhou uma certa síntese com o livro lançado em 2020 por Renato Lemos, Rafael Brandão e Pedro Campos. Na obra, são apresentadas diversas pesquisas que reivindicam a tese lançada por Dreifuss acerca do sentido político e social da queda da Jango em 1964 e avançam na orientação de caracterizar o regime político inaugurado pelo golpe como uma ditadura empresarial-militar, tendo em vista a participação fundamental dos integrantes da classe dominante no aparelho de Estado no pós-64, seu peso no processo decisório e o favorecimento desses interesses pelas políticas e medidas implantadas nos governos inaugurados pela gestão de Castelo Branco. Conforme salientam os autores: “Na nossa concepção, também a ditadura se marcou por esse perfil empresarial-militar típico da tomada do poder ocorrida em 1964.” (Campos; Brandão; Lemos, 2020, p. 19).

Na variada gama de pesquisas recentes sobre o Brasil durante a ditadura, é interessante acessar a abordagem realizada por Rodrigo Patto, que, dentre diversos estudos realizados, analisou em um deles a política do regime para as universidades, chamando a atenção para o fato de que o Estado brasileiro teve uma postura ambígua em relação ao ensino superior no pós-64, sendo, por um lado, construtivo – ampliando o financiamento, o incentivo à pesquisa, à pós-graduação, implementando o sistema de vestibular, superando o sistema de cátedras, dentre outras ações de expansão das universidades de uma forma geral – e destrutivo por outro lado – ao reprimir o movimento estudantil, monitorar, deter, torturar e assassinar estudantes, aposentar compulsoriamente professores, dentre outras medidas arbitrárias. Sendo assim, a ação da ditadura se definiria da seguinte forma, de acordo com o autor: “Por isso, há motivos para oscilar na escolha da melhor adjetivação para o regime militar brasileiro: modernização conservadora ou autoritária? A resposta é que ele foi simultaneamente autoritário e conservador, e a melhor maneira de mostrar os impasses entre impulsos modernizantes e conservadores é analisar as situações em que os dois se fizeram presentes.” (Motta, 2014, p. 12). Dessa forma, a ditadura brasileira promoveu um processo de modernização autoritária, excludente e conservadora do capitalismo brasileiro. Isso a diferencia das ditaduras chilena e argentina, por exemplo, que, tendo início mais de uma década depois, já inauguraram políticas neoliberais e que levaram à desindustrialização e reprimarização das economias desses países (Verbitsky; Bohoslavsky, 2013; Bohoslavsky; Fernández; Smart, 2019).

Dessa forma, podemos partir do entendimento que tivemos uma ditadura empresarial-militar no país que, a partir de um golpe de viés notoriamente classista, impôs um regime que promoveu uma

modernização autoritária e excludente do capitalismo brasileiro, forjando uma ordem empresarial no país. No entanto, é importante demarcar o que estamos entendendo por certos conceitos, tendo em vista o uso difundido dos mesmos no debate acadêmico e no senso comum. Assim, a noção de empresário muitas vezes é acessada sem a devida problematização e definição. Nos estudos realizados por Julio Pereira de Carvalho (2019) acerca da política expansiva e da repressão no interior da Petrobras durante a ditadura, o autor acessou texto clássico de Sebastião Velasco e Cruz que procede uma reflexão acerca da categoria de empresário.

[...] [a concepção de empresariado] exclui, entretanto, todos aqueles que, embora dispondo de títulos jurídicos sobre uma fração de capital, vivem de renda, não desempenhando qualquer função diretiva em seu processo cíclico de reprodução. O conceito de burguesia é muito mais amplo, na medida em que inclui – além do conjunto das categorias até aqui referidas – toda uma série de segmentos sociais que se definem pelo exercício de funções não-econômicas – jurídicas, políticas e ideológicas. (CRUZ, 1995, p. 24)

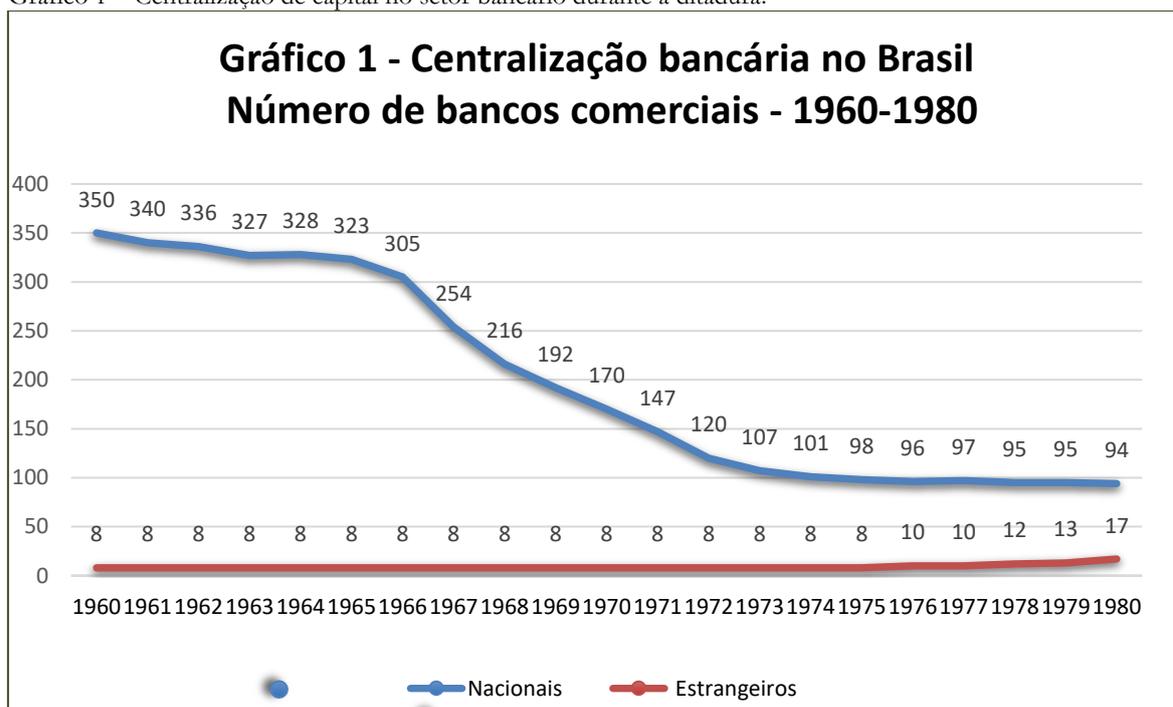
Dessa forma, é importante distinguir as noções de empresariado, burguesia e classe dominante. A burguesia seria a classe dominante na formação social capitalista, referindo-se aos detentores dos meios de produção em uma sociedade que tem como modo de produção predominante o capitalista, conforme sinalizou Pierre Vilar (1955 *apud* Pedreira, 1995). O conceito de classe dominante é pluri-modal, conforme salientou Jacob Gorender (2001 [1978]), ou melhor, refere-se a um fenômeno presente em diversos modos de produção, demarcando a classe dominante em uma determinada ordem social, que pode ser feudal, capitalista, escravista colonial etc. Por fim, a categoria de empresário se refere a um agente que é integrante da classe dominante, proprietário dos meios sociais de produção e que exerce a gestão ou administração do negócio, tendo como ação profissional o gerenciamento das atividades da sua empresa. Usando um exemplo pictórico, Jorge Guinle não é um empresário, mas um burguês ou integrante da classe dominante. Ele é filho de Eduardo Guinle e irmão de Guilherme Guinle, ambos não só burgueses e membros da classe dominante, mas também empresários, tendo em vista que cumpriam funções à frente das empresas do grupo Guinle, lideradas pela Companhia Docas de Santos (Bulcão, 2015; Honorato, 1996).

Essa reflexão é importante para os propósitos do nosso artigo, tanto no que diz respeito à ditadura como no que se refere aos bicheiros. Trata-se de um regime político que beneficia a burguesia, a classe dominante e o grande capital em geral, mas que é conduzida por agentes do oficialato das forças armadas e da nata do empresariado brasileiro e transnacional. Dessa forma, os dirigentes das empresas jogam um papel fundamental nas relações de poder e riqueza no período. Da mesma forma, os agentes da contravenção aqui problematizados, os banqueiros do jogo do bicho, são não só burgueses como também empresários, tendo em vista que pilotam os seus negócios, que dizem respeito ao jogo e outras atividades econômicas conduzidas por esses agentes.

Por fim, uma última ponderação que gostaríamos de proceder nesta primeira seção do artigo diz respeito a um fenômeno proporcionado pela ditadura na dinâmica do capitalismo brasileiro. Conforme apontou Ianni (1981), trata-se de um regime umbilicalmente ligado ao grande capital. Não só se trata de uma ditadura dos grandes grupos econômicos, como também de um Estado que implementa políticas que geraram não só concentração de renda e desigualdade econômica, mas que levaram também a uma

significativa centralização de capital. Conforme analisou Marx (1985 [1867]) no capítulo 23 d'O Capital, a concentração de capital diz respeito à acumulação e à ampliação de inversões em capital constante e variável em um determinado ramo ou unidade econômica. Já a centralização de capital se refere à concentração de atividades em alguns poucos grupos econômicos em um determinado nicho ou mercado. Assim, a ditadura brasileira promoveu uma oligopolização em diversos ramos econômicos. Isso foi verificado por Ary Minella em suas pesquisas sobre os bancos comerciais:

Gráfico 1 – Centralização de capital no setor bancário durante a ditadura:



Fonte: Minella, 2018, p. 120.

Ary Minella notou que havia no Brasil um total de 358 bancos comerciais em 1960 e apenas 111 em 1980. Essa concentração das atividades no setor se deu mediante o apoio de políticas oficiais, que buscavam promover grandes grupos econômicos de porte nacional, com condições de competir no mercado interno e até externo com grandes grupos estrangeiros. O mesmo foi notado no setor de comunicações, no qual a ditadura perseguiu jornais independentes e críticos em relação ao regime, dando suporte a empresas afinadas aos militares e que tiveram ascensão no período, como os grupos Marinho (*Globo*), Frias (*Folha de S. Paulo*), Mesquita (*O Estado de S. Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) e Chagas Freitas (*O Dia*), conforme apontado em pesquisa de Arêas (2015). De forma similar, Campos (2014) verificou o processo de formação de um oligopólio no setor de construção pesada durante a ditadura, com o alavancamento do setor a partir dos grandes projetos de infraestrutura da ditadura e os investimentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), que levaram ao controle do mercado por um punhado de grupos formado pelas empreiteiras barrageiras – Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht.

Essa tendência de centralização de capital e oligopolização econômica no Brasil durante a ditadura é relevante para os propósitos do nosso artigo, tendo em vista que verificaremos a formação de um cartel

do jogo do bicho ao longo do regime, com a divisão do mercado da jogatina e outras atividades por parte de um número bastante reduzido de banqueiros do jogo do bicho.

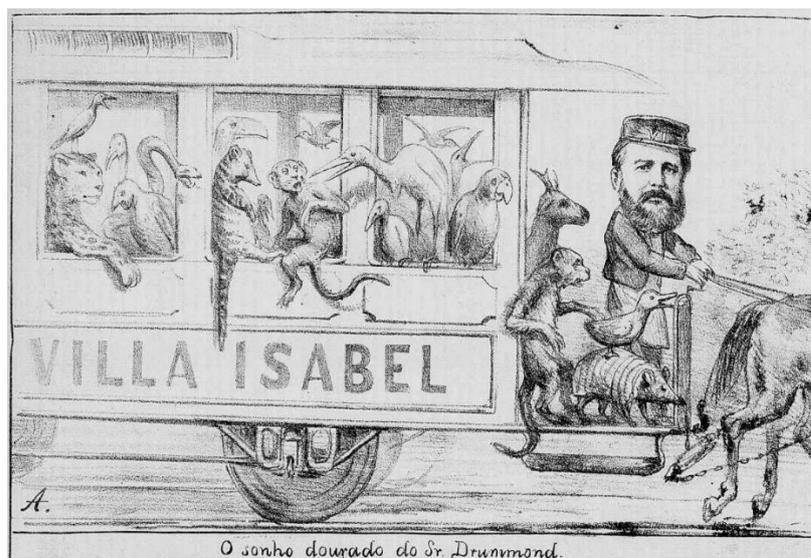
Dessa forma, verificamos nesta primeira parte do artigo como a ditadura se configurou enquanto um regime empresarial-militar, inaugurado por um golpe de perfil classista e implementou uma ordem empresarial, redundando em um processo de modernização autoritária e excludente do capitalismo brasileiro, com incentivo para a formação de oligopólios e a concentração de atividades em certos setores econômicos nas mãos de alguns poucos grupos empresariais. Vejamos agora como se deu a história e a dinâmica do jogo do bicho, entendendo essa atividade como uma empresa.

O jogo do bicho como empresa:

O jogo do bicho nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1892 como um mecanismo para financiar as atividades do primeiro jardim zoológico da cidade. Cada pessoa que visitasse o espaço pagava mil-réis de entrada e apostava em um dentre 25 animais. Ao final do dia, havia um sorteio e quem acertasse o bicho escolhido recebia 20 mil réis. O jogo virou uma febre na cidade, sendo disputado no zoológico e fora dele, ganhando as ruas da antiga capital federal (Jupiara; Otavio, 2016; Magalhães, 2005). Diversos autores estudaram o jogo do bicho, como DaMatta (1997), Herschmann e Lerner (1993), Soares (1993) e Meira (2000), ressaltando em geral seus aspectos sociais e históricos.

O criador do jogo foi João Baptista de Vianna Drummond, o barão de Drummond, empresário que era proprietário da Companhia Ferro Carril de Vila Isabel e que havia sido sócio no Império do barão de Mauá, o homem de negócios mais rico do país no período (Caldeira, 1995). Drummond criou o bairro de Vila Isabel e, em 1884, solicitou à Câmara Municipal a autorização para a instalação de um jardim zoológico no bairro, nos moldes dos existentes em Paris, Londres e Berlim na mesma época. Magalhães (2005) resgatou documentos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) com os pedidos do empresário para a instalação do zoológico. Maurício de Abreu (1988) encontrou uma charge da época que ironizava a figura do barão de Drummond e o seu projeto:

Figura 1 – Charge publicada no jornal O Mosquito em 15 de junho de 1872, reproduzida por Maurício de Abreu:



Fonte: Abreu, 1988, p. 47.

A data da charge indica como o projeto do jardim zoológico era antigo, quando da própria organização dos lotes e ruas de Vila Isabel, em 1873. A criação do bairro, bem como o zoológico e o jogo de apostas do bicho expressam um tino empresarial do barão de Drummond, sendo todos esses projetos providos de um grande sucesso comercial.

Apesar do êxito da criação de uma aposta associada aos bilhetes de entrada do jardim zoológico, o jogo do bicho logo foi posto na ilegalidade, já no ano de 1895. O historiador Luiz Antonio Simas possui uma análise acerca do motivo que levou à proibição dessa atividade:

O jogo do bicho se torna contravenção muito cedo e eu não tenho a menor dúvida que ele se torna contravenção porque ele é o jogo do pobre. O jogo do bicho não tinha uma estrutura empresarial. Ela vai se consolidando com o tempo. Na década de 60 nós tivemos conflitos, disputas por território, disputa por banca do jogo. Isso era muito comum no Rio de Janeiro. (Simas, 2023).

De acordo com essa leitura, o jogo do bicho logo foi posto no terreno da contravenção justamente por ser um hábito das classes populares da nascente República na cidade do Rio de Janeiro. Eram vários os jogos existentes na cidade no que Magalhães (2005, p. 70) chamou de “mercado de divertimentos” da Primeira República, sendo alguns reprimidos e proibidos pela polícia e outros não. Mesmo na ilegalidade, o jogo do bicho cresceu e ganhou ampla adesão na população carioca, sendo objeto de prosas literárias de autores como Machado de Assis, Olavo Bilac, Humberto de Campos, Rubem Braga, Rachel de Queiroz, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre (Magalhães, 2005).

No entanto, por dispor dessa posição irregular de acordo com as normas morais e jurídicas prevalecentes no período, o jogo do bicho guardou uma relação ambígua e complexa com o Estado e o aparato repressivo. Muitas vezes os agentes do jogo tinham acordos e pagavam propinas e mesadas a policiais e outros agentes do poder estatal. Com o crescimento do jogo do bicho e a sua estruturação econômica, ele passou a dispor de uma relação mais frequente e intensa com certas figuras oficiais. Dessa forma, ele passou a se organizar na forma de crime organizado. Bruno Paes Manso (2020) traz uma análise de como se deu esse processo de desenvolvimento:

A partir dos anos 1960, a infiltração do jogo do bicho nas instituições se aprofundou, reproduzindo estratégias das máfias internacionais. Havia semelhanças importantes entre os modelos: funcionavam com uma estrutura vertical, as ordens partiam de núcleos familiares, atuavam em territórios delimitados, boa parte da receita vinha das apostas e mantinham forte influência nos poderes do Estado. (Manso, 2020, p. 97)

Dessa forma, estruturando-se como uma atividade econômica que opera na ilegalidade, tendo os seus braços e negócios no setor formal da economia, o jogo do bicho tinha os seus mecanismos de relação com a polícia e agentes do aparelho estatal, bem como passou a ter seus esquemas de segurança, para dar conta da sua própria dinâmica econômica, ordem e hierarquia.

Essa organização como máfia do jogo do bicho³ ganhou projeção com o tempo e, em diversas ocasiões, as lideranças do negócio chegaram a ser presas. Uma ocasião famosa se deu em 1993, quando a juíza Denise Frossard expediu um mandado de prisão e deteve os principais controladores do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Famosa pelo episódio, a juíza recentemente concedeu entrevista a Bruno Paes Manso na qual compara o jogo do bicho com os grupos paramilitares que atuam nos territórios do Rio de Janeiro atualmente conhecidos como milícia:

Achar que miliciano é alguma coisa importante. Não é não! São empregados deles [dos bicheiros]. Tem uma passagem do seu livro muito interessante que alguém fala assim, olha, não se meta aí com esses bicheiros não. Isso é coisa do pessoal que criou o crime organizado no Brasil. E é verdade, né! [...] É a máfia! (Globoplay, 2021)

Nessa passagem e em toda a entrevista, a juíza chama a atenção para a relação não de rivalidade, mas sim de ascendência e hierarquia que organiza as relações entre o jogo do bicho e a milícia. Ela aponta que os bicheiros inventaram o crime organizado no Brasil há mais de cem anos, dispondo de um poder, organização, inserção no aparelho de Estado e sofisticação da estrutura de negócios que coloca os milicianos em uma posição de inferioridade em relação ao poder econômico e político empunhado pelos controladores do jogo.

Por fim, é importante ressaltar que a leitura do jogo do bicho enquanto máfia e crime organizado não deve nublar o sentido da organização dessa atividade. Trata-se, como muito bem indica Felipe Magalhães (2005), de uma empresa, que possui um sentido econômico e se organiza na forma de capital, empregando força de trabalho e gerando lucro aos controladores do negócio. Nesse sentido, o autor é categórico:

Ao pensar fundamentalmente na questão totêmica, DaMatta deixou de perceber em seu ensaio alguns aspectos importantes, como a constituição de uma organização que se apropriou desta loteria, retirando dela vultosos lucros. Ao valorizar o jogo do bicho como “carnavalização do capitalismo”, o autor deixou de refletir sobre a possibilidade de se pensar esta “instituição” como “empresa” [...]. (Magalhães, 2005, p. 18)

Nessa passagem, Magalhães critica Roberto DaMatta por não captar o jogo do bicho enquanto um negócio capitalista que floresce desde o início da República. Conforme Magalhães mostra, trata-se de uma empresa que se espalhou por um território com bilhetes vendidos nas lojas e que tinha nos donos dessas casas comerciais os primeiros banqueiros do jogo do bicho.

Mas o jogo não se restringe apenas às figuras dos banqueiros. Ele dispõe de uma organização empresarial que emprega uma numerosa força de trabalho. Na década de 1980, uma matéria jornalística

apontava que 70 mil pessoas trabalhavam na atividade só no estado do Rio de Janeiro (Globoplay, 2023). Essa força de trabalho incluía nos pontos e nas casas de bicho os escreventes ou apontadores, os gerentes, os vigias, os batedores de resultado, os recolhedores de lista, dentre outros agentes com incumbências específicas. Como se vê, trata-se de uma empresa que dispõe de significativa força de trabalho distribuída em diferentes funções. Dessa forma, reflete o autor:

Pensando que os donos do capital envolvidos neste processo conseguiram criar uma hierarquia bem definida; especializar as funções; oferecer possibilidades de ascensão na “carreira”; e promover uma concentração dos pontos de bicho sob o controle de poucos contraventores, surge a questão sobre a existência de uma empresa do jogo do bicho. É possível se falar em empresa do jogo do bicho? Quais seriam os limites para sua definição como tal? Haveria um modelo organizacional para o bicho? (Magalhães, 2005, p. 179)

Magalhães é o primeiro autor que reivindica o bicho enquanto uma empresa capitalista, notando diversas funções e elementos da atividade empresarial na dinâmica e estrutura do jogo. Esse entendimento será fundamental para o desenvolvimento dos argumentos do presente artigo.

Conforme vimos nesta seção, o jogo do bicho se estruturou ao longo da sua história enquanto empresa, um negócio capitalista. Se, como vimos na primeira parte do texto, tivemos no país uma ditadura empresarial-militar inaugurada com o golpe de Estado de 1964, vejamos como se deu o desenvolvimento dessa atividade ao longo do regime.

O jogo do bicho e a ditadura brasileira:

O jogo do bicho teve um processo de crescimento e sofisticação ao longo do período da ditadura empresarial-militar brasileira, a partir do golpe de 1964. O negócio se organizou, ganhando maiores proporções e, como ocorrido em outros segmentos econômicos, a empresa do bicho se expandiu, sofreu um processo de oligopolização e se ramificou para outras atividades, ganhando a forma de uma estrutura complexa, hierarquizada, fortemente inserida dentro do aparelho estatal e altamente poderosa em termos econômicos e políticos. Assim, o que ocorreu na economia brasileira e em alguns ramos específicos de atividades no país também se evidenciou no jogo do bicho, com transformação da contravenção em um grande negócio, criando poderosos grupos econômicos com forte presença territorial e poder político bastante expressivo.

No entanto, a relação do jogo do bicho com a ditadura não é desprovida de tensões e aspectos complexos. Se em linhas gerais os dirigentes do jogo nutriram boa relação com a classe dirigente e boa inserção no aparelho de Estado a partir de 1964, houve momentos de disputa e conflitos localizados. Dessa forma, logo após o Ato Institucional n. 5 (AI-5), alguns banqueiros do jogo do bicho chegaram a ser presos. Um grande empresário do setor, Castor de Andrade, chegou a ficar alguns meses detido no presídio de Ilha Grande, com boas condições e uma série de privilégios, mas logo depois ficou enclausurado de forma bastante rígida na base da marinha situada em Ilha das Flores, São Gonçalo, que funcionou também como local de tortura e prisão de perseguidos políticos da ditadura. No caso, o banqueiro do bicho era *persona non grata* na força naval brasileira por conta de suas atividades de contrabando (Globoplay, 2023), o que já denunciava o processo de ramificação das atividades dos agentes do setor.

Apesar dessas situações específicas, a relação geral do regime com os controladores do jogo era muito positiva. A ditadura, inclusive, se alimentava da estrutura do jogo, que gozava de alguns trunfos, como uma presença bastante vasta e espreada sobre o território, em especial o carioca e o fluminense. Assim, todas as conexões dos bicheiros com a polícia rendiam ao aparato repressivo um sistema de vigilância nas cidades provido pelo jogo do bicho, conforme indica Bruno Paes Manso:

O bicho era uma contravenção lucrativa e disseminada na cidade desde a primeira metade do século XX. Vendia um produto bastante caro à antiga sede da Monarquia e da capital da República: o sonho do enriquecimento e da ascensão social em um lance de sorte. Respeitados desde épocas machadianas, os bicheiros do Rio dispunham de credibilidade entre os clientes. Sempre pagavam as apostas em dia, uma questão de honra que garantia a longevidade dos negócios. Também tinham bons contatos no poder. Havia dois motivos para essa relação próxima. Primeiro, os apontadores do bicho estavam espalhados por todos os cantos da cidade. Nenhuma estrutura empresarial ou de Estado tinha tamanha capilaridade, o que tornava os apontadores peça fundamental na comunidade de informações. Tanto os policiais como os funcionários dos serviços de Inteligência se abasteciam com as dicas preciosas desses informantes. Em segundo lugar, por ser uma atividade ilegal, essa relação também rendia uma mesada, para que os representantes da lei não os incomodassem. (Manso, 2020, p. 97)

Dessa forma, o jogo do bicho tinha como um dos seus trunfos uma relação estreita com as forças policiais. Isso rendia o pagamento de propina aos agentes da repressão e também o serviço de ‘olheiros’ para a polícia por parte dos apontadores do bicho. Quando a ditadura tinha como adversário um inimigo interno composto pelos opositores do regime, esse serviço provido pelo jogo do bicho teve importante valor. Importante lembrar que um dos agentes mais significativos do golpe de 1964, Amaury Krueel, que atuou à frente do II Exército na derrubada do governo Jango, recebendo mesada em dólar pelo serviço, era um agente conhecido por receber comissões de bicheiros e cafetões, sendo inclusive afastado da polícia na década de 1950 por conta disso (Guedes; Melo, 2021).

O negócio do jogo do bicho cresceu durante a ditadura e, como ocorreu em diversos setores da economia brasileira, sofreu um processo de centralização de capitais. Como já analisado por alguns autores (Mirow, 1979), o jogo se estruturou no período na forma de um cartel, sendo controlado por um conjunto restrito de banqueiros do bicho que passaram a dar as coordenadas desse empreendimento. Quem explicou isso de forma precisa foi Felipe Magalhães:

O conflito armado entre os banqueiros não era bom para os negócios, não era bom para a empresa. Era muito mais fácil, era muito mais lucrativo, muito mais rentável, garantindo inclusive o futuro da empresa, que os banqueiros da cidade e do estado pudessem se organizar e definir as suas fronteiras. E isso foi feito em uma reunião em 1974 na Ilha dos Pescadores, na Barra da Tijuca, aonde a cidade e o estado foram divididos. (Magalhães, 2021)

A análise de Magalhães indica que os banqueiros do jogo do bicho resolveram justamente na metade da ditadura, em meados da década de 1970, organizar o jogo para evitar os conflitos e disputas entre os diferentes controladores do jogo. Os termos fundamentais do cartel diziam respeito a uma divisão do território controlado pelos agentes da contravenção. Assim, a cidade do Rio de Janeiro, bem como o estado e o país foram divididos entre os banqueiros do jogo do bicho, a chamada “cúpula”. A medida deveria servir para evitar confrontos e desentendimentos entre os banqueiros.

Luiz Antonio Simas confirma a análise de Magalhães e traz outro elemento importante da estruturação do cartel:

Essa geração que envolve Miro, que envolve Castor de Andrade, que envolve Anísio, ela é uma geração que em meados dos anos 70 ela cria o que ficou conhecido como a cúpula do jogo do bicho. E a cúpula do jogo do bicho percebeu que a consolidação do jogo como um grande negócio dependia fundamentalmente de partilha de território. [...] E essa divisão de território vai evidentemente incluir as escolas de samba. Então você vai ver que onde aquele determinado banqueiro do bicho tem as suas bancas, seus interesses na jogatina, ele vai se aproximar daquela escola de samba. (Simas, 2023).

Simas converge com a análise de Magalhães e indica que a divisão das atividades do jogo pelo território incluía a inserção ou mesmo o controle sobre as escolas de samba. Essas agremiações empregavam e mobilizavam determinadas comunidades e bairros, ou mesmo municípios e regiões da região metropolitana do Rio de Janeiro e a presença dos bicheiros na escola eram a própria expressão da presença dos banqueiros no território e da divisão acertada na cúpula.

Sobre a ramificação das atividades do jogo do bicho e da entrada com força dos banqueiros em algumas das principais escolas de samba durante a ditadura existe uma controvérsia. Uma certa leitura enxerga um viés não eminentemente econômico na atuação dos banqueiros nesse terreno, verificando ali uma espécie de “diversão”, “exposição” ou “ vaidade” dos controladores do jogo do bicho. Assim, o delegado Vinícius Jorge afirmou em depoimento à série *Vale o Escrito*: “O samba é uma operação de lavagem de imagem. Essas escolas originalmente não eram deles. Elas eram de uma comunidade e eles chegam ali para serem os patronos.” (Globoplay, 2023). No entanto, algumas ponderações de historiadores acrescentam outros elementos que ajudam a entender essa incursão dos bicheiros no universo do samba. Além da própria questão da divisão do território e delimitação de fronteiras entre os banqueiros do jogo, Adriano de Freixo e Luiz Edmundo Tavares (2006) lembram que a ditadura, através da Constituição de 1967, permitiu que as pessoas e empresas que investessem recursos nas escolas de samba deduzissem o valor investido do imposto de renda. Assim, para além de ser apenas uma operação de lavagem de imagem, o despejo de dinheiro nas agremiações do carnaval poderia render retorno financeiro e ajudar a legalizar os valores auferidos com as atividades do jogo para os bicheiros.

Para entender melhor como funcionava a cúpula do jogo do bicho, é interessante direcionar os olhos para alguns dos seus principais agentes e conhecer um pouco mais as suas trajetórias. Assim, nas páginas a seguir veremos brevemente os percursos de três dos mais notórios integrantes do cartel da cúpula do bicho: Castor de Andrade, Aniz Abraão David e Capitão Guimarães. Como veremos, os três possuíam estreita relação com a ditadura.

Castor de Andrade é filho de apontadores do jogo do bicho da região de Bangu, subúrbio da zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Estudou nos colégios São Bento e Pedro II e formou-se advogado pela Faculdade Nacional de Direito (FND), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro, na época Universidade do Brasil). Em sua trajetória nos negócios da contravenção uniu de maneira impactante a presença no jogo do bicho na Zona Oeste da cidade, a atuação enquanto dirigente do time de futebol do Bangu Atlético Clube, além de ser “benfeitor” da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, na área de atuação do bicheiro na cidade. Na década de 1960, já era cartola do Bangu, quando este sagrou-

se campeão carioca. Chegou a invadir um campo de futebol armado durante a partida, em 1966, ameaçando o juiz, que acabou dando pênalti em favor do time do cartola. Fez duras ameaças também ao técnico comunista João Saldanha por esse ter cogitado suborno do goleiro do Botafogo para entregar o jogo ao Bangu. Era próximo de figuras do futebol, como João Havelange, e das comunicações, como o diretor da rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho. Enquanto dirigente do clube, chegou a levar o seu time ao vice-campeonato nacional de futebol em 1985 (Rodrigues, 2021).

Em 1968, foi acusado por Natal, bicheiro diretor do clube de futebol Madureira e dirigente da escola de samba Portela, de ter mandado assassinar o seu sobrinho. Como indicado previamente, foi preso em 16 de dezembro de 1968, indo para Ilha Grande, mas dispondo de grandes regalias. Assim, na ilha, ele ficou em uma casa fora do presídio, com um total de oito quartos, mobiliada, com empregados e quintal. Ele reformou totalmente a casa, contratou mais quatro empregados e um mordomo. Não era obrigado a usar uniforme e chegou, na “prisão”, a compor uma música junto com Carlos Imperial, também detido ali (Jupiara; Otavio, 2016). Esses privilégios não valeram em Ilha das Flores, centro de detenções da marinha onde ficou isolado, acusado de envolvimento com contrabando e tráfico de drogas. Sua admiração em relação à máfia italiana e ítalo-americana não se restringia apenas ao campo da afinidade. Ele nutria uma relação direta com aqueles agentes:

O bicheiro carioca Castor de Andrade o acolheu e lhe ofereceu um emprego de fachada na Tecelagem Bangu, de sua propriedade. Ainda por influência de Castor, Salamone conseguiu, durante os anos 1970, asilo e cidadania brasileira do então ministro da Justiça, Armando Falcão. (Manso, 2020, p. 97)

Como se vê, a máfia brasileira do jogo do bicho tentava aprender com os métodos praticados pela *Cosa Nostra* da Sicília e pelos grupos empresariais ilegais da Itália e dos descendentes de italianos que atuavam nos Estados Unidos.

Porém, outras conexões da cúpula do jogo nos são particularmente caras tendo em vista os propósitos deste artigo. Conforme veremos, vários bicheiros nutriram uma relação próxima com a ditadura e, particularmente, com o aparato repressivo do regime. No caso de Castor de Andrade, o banqueiro chegou a empregar Mauro Fernando de Magalhães, policial que atuou nos interrogatórios no estádio Caio Martins, em Niterói, logo após o golpe de 1964, quando aquele espaço foi usado como centro de detenção de prisioneiros políticos. Magalhães teve atuação também na Casa da Morte, em Petrópolis. Outro integrante do Esquadrão da Morte, Gargaglione, trabalhou para Castor de Andrade. Segundo Aloy Jupiara e Chico Otavio (2016), outro militar ligado a Castor esteve envolvido no atentado que explodiu o monumento em frente à fábrica da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em Volta Redonda, em homenagem aos três operários mortos na operação militar ordenada pelo presidente José Sarney.

No caso de Castor, que, para alguns, constava numa certa posição de ascendência em relação aos outros banqueiros do jogo, o empresário possuía negócios que chegavam até à cúpula da ditadura. Assim, Jhonny, filho do ditador João Batista Figueiredo, era genro de Ozório Paes Lopes da Costa, sócio de Castor de Andrade na Metalúrgica Castor. Em 1977, a empresa fornecia produtos de metal, como camas, fogões e

marmitas, para o Exército. Castor de Andrade nutria uma relação de amizade com integrantes da família do último presidente militar da ditadura (Jupiara; Otavio, 2016).

Já o bicheiro Aniz Abraão David, o Anísio, é um banqueiro que representa de maneira bastante significativa a união do jogo com a atuação em escolas de samba e o poder político local sob controle de uma família. Filho de imigrantes sírio-libaneses que se instalaram na cidade de Nilópolis na década de 1920, Anísio teve uma infância entre o comércio dos pais no ramo do armarinho e aviamentos e o desempenho de atividades ilegais – como o tráfico de drogas –, sendo perseguido pela polícia nesse período por esse motivo (Bezerra, 2010). A cidade era um município-loteamento, oriundo de uma fazenda, que cresceu em torno da parada Engenheiro Neiva da Estrada de Ferro Dom Pedro II, recebendo depois o nome em homenagem ao presidente Nilo Peçanha e emancipando-se de Nova Iguaçu em 1947 (Alves, 2020). Anísio virou segurança no jogo do bicho e ascendeu na estrutura do negócio a partir da década de 1960, passando a controlar o jogo em um território que abrange as regiões de Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e Nilópolis. A família Abraão David tem laços de parentesco com a família de Simão Sessim, procurador-geral do município de Nilópolis, eleito prefeito da cidade em 1972, com uma candidatura que teve forte apoio do jogo do bicho (Bezerra, 2010). Ele era primo de Miguel Abraão, irmão mais velho de Anísio, que assumiu naquele momento a presidência da Câmara de Vereadores. Dizia-se na cidade à época: “Os turcos vêm aí!” (Jupiara; Otavio, 2016, p. 76). Integrantes de ambas as famílias construíram extensa carreira política em Nilópolis e fora da cidade, assumindo cargos de deputado estadual e federal (Bezerra, 2016).

Relacionado ao processo de ascensão no poder político, em uma atuação de franco apoio ao regime, a família Abraão David se empenhou para controlar a então pequena escola de samba local. Criada em 1948 como bloco de carnaval, a Beija-Flor de Nilópolis se tornou escola de samba em 1954. Em 1972, o irmão de Anísio, Nelson Abraão David, o Nelsinho, tornou-se diretor da escola, sendo Anísio patrono da agremiação. Os irmãos despejaram recursos do jogo do bicho para financiar os desfiles da escola de samba da Baixada Fluminense, que deixou de ser uma agremiação que oscilava entre o grupo principal das escolas de samba e o grupo II para ser uma das grandes potências do carnaval carioca (Bezerra, 2009). Como a família tinha grande afinidade com a ditadura, a Beija-flor passou a desfilas com enredos de exaltação ao regime. Assim, vieram os sambas “Educação para o Desenvolvimento” (1973), que tratava do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), “Brasil ano 2000” (1974) e “O grande decênio” (1975), que narrava as ações da ditadura desde o golpe de 1964. Esses desfiles fizeram a escola de Nilópolis ficar conhecida com o apelido de “Unidos da Arena”. Apesar de não ter se sagrado campeã com esses sambas, a Beija-flor conquistou simpatia de agentes decisivos da ditadura. Dessa forma, o jornal *O Globo* afirmou na edição do dia 4 de março de 1973 que “o ministro Jarbas Passarinho ficou entusiasmado com a iniciativa da escola” (Freixo; Tavares, 2006, p. 63). Já o *Jornal do Brasil*, na edição do dia 12 de fevereiro de 1975, colheu o depoimento de um diretor da escola a respeito do samba-enredo: “É um tema sério que exalta a Revolução e por isto está destinado a tirar o primeiro lugar.” (*apud* Freixo; Tavares, 2005, p. 134). Apesar da expectativa, o primeiro título da Beija-flor só veio no ano seguinte, em 1976, com um enredo não sobre a ditadura, mas sobre o jogo do bicho. O samba “Sonhar com rei dá leão” teve a condução do carnavalesco Joãozinho Trinta, vencedor do carnaval no ano anterior pelo Salgueiro. Em seguida, vieram outros dois títulos seguidos

da escola, no famoso tricampeonato da Beija-flor entre 1976 e 1978, o que a ombreou com as grandes agremiações da época – Portela, Mangueira, Império Serrano e Salgueiro (Freixo; Tavares, 2005).

Para além da inserção política e do sucesso no mundo do samba, o bicheiro Anísio também tinha poderosas conexões com os porões da ditadura. O policial civil Luiz Cláudio de Azevedo Viana, o doutor Luizinho – como era conhecido em Nilópolis –, atuava na Casa da Morte, onde tinha a alcunha de Laurindo. Ele trabalhava para Anísio e pertencia à loja maçônica União Iguassú. Outro amigo de infância e segurança de Anísio era o subtenente Ariedisse Barbosa Torres, acusado de torturar, assassinar e ocultar o cadáver do ex-deputado federal Rubens Paiva, desaparecido no dia 20 de janeiro de 1971. Torres levou para a contravenção o capitão Ronald José Motta Batista Leão, torturador conhecido como o Doutor Léo, do DOI-Codi (Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), que conheceu Anísio (Jupiara; Otavio, 2016).

Também o coronel Paulo Malhães, o Pablo da repressão, trabalhava para Anísio. Ele era do Movimento Anti-Comunista (MAC) e atuou no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), no Forte do Leme. Usava animais, como cobras e jacarés, nas sessões de tortura e foi um dos responsáveis pela Casa da Morte. Em meio aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), resolveu falar, rompendo com o pacto do silêncio que prevalece entre os remanescentes dos agentes da repressão. Assim, afirmou em entrevista que havia outras casas como a de Petrópolis e que possuía informações sobre crimes cometidos e desaparecidos políticos da ditadura. Chegou a prestar 20 horas de depoimento na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio). Entre uma e outra audiência para a comissão, teve a sua casa em Nova Iguaçu invadida no dia 24 de abril de 2012 e foi assassinado. Duas pessoas encapuzadas entraram em sua residência, amarraram a sua esposa, roubaram uns poucos pertences – 700 reais em espécie, faqueiro, aparelho de som, joias, dois computadores, impressora e celular – e executaram Paulo Malhães. Na casa, depois, encontraram cartas a Anísio e ao seu irmão, Farid Abraão David, ex-prefeito de Nilópolis. A polícia descartou a hipótese de crime político para o caso (Jupiara; Otavio, 2016).

Para além dessas sólidas conexões do banqueiro do bicho Anísio com o submundo dos torturadores da ditadura, ele próprio era acusado de uma série de assassinatos. Em 1977, chegou a ser preso acusado de ter mandado matar Jatobá, assaltante que roubou a sua casa em Niterói. Houve outras acusações de execução contra o bicheiro em Nilópolis e Paracambi. Em 1991, o então diretor da delegacia de homicídios da Baixada Fluminense, Hélio Luz, com apoio do secretário estadual de Polícia Civil e Justiça, Nilo Batista, solicitou a prisão temporária do contraventor: “Não há condições de a polícia investigar nada em Nilópolis com Anísio fora da cadeia. Seu tráfico de influência é muito grande, inclusive na própria polícia. Queremos evitar possíveis subornos e intimidações de testemunhas.” (Jupiara; Otavio, 2016, p. 187) Anísio era acusado de assassinar também a sua ex-esposa Eliana, e, em meio às investigações, o seu irmão, Nelson Abraão David, se suicidou.

Apesar das fortes relações mantidas por Castor de Andrade e Anísio junto aos agentes da repressão da ditadura, o caso que mais expressa a união entre os porões e o universo do jogo do bicho é o do capitão Guimarães. Ailton Guimarães Jorge era capitão do Exército e era filho de militares. Aproximou-

se do jogo do bicho extorquindo contraventores e estabelecendo relações com os banqueiros do negócio.

Bruno Paes Manso traz um testemunho acerca da sua trajetória:

O capitão Guimarães tornou-se símbolo dessa nova aliança entre bicheiros e policiais, sob a tutela das Forças Armadas. Guimarães formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras em 1962. Dois anos depois, antecipou a volta ao trabalho durante as férias e se ofereceu voluntariamente para apoiar o golpe militar. Passou a auxiliar no combate à subversão, frequentando as delegacias da Baixada Fluminense para dar apoio na elaboração de inquéritos que investigavam os movimentos de esquerda. Em 8 de outubro de 1969, o capitão ministrou uma aula expositiva sobre técnicas de interrogatório e tortura na 1ª Companhia da Polícia do Exército, na Vila Militar, para cerca de cem homens, entre oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Testemunhos feitos à Comissão da Verdade do Rio declaram que dez presos políticos foram usados como cobaias em diferentes modalidades e instrumentos de tortura, como “pau de arara, choques elétricos, latas abertas (onde a vítima era obrigada a se apoiar descalça) e pedaços de ferro roliço (utilizados para esmagar o dedo dos presos). (Manso, 2020, p. 99)

Como se vê, trata-se de um oficial militar com formação nas forças armadas e atuação na repressão aos oponentes políticos da ditadura. Ele alega que não torturava diretamente, mas a ex-presa política Cecília Coimbra afirma que ele participava de interrogatórios e sessões de tortura (Globoplay, 2023).

Ao contrário dos outros banqueiros analisados previamente, que partiram do jogo do bicho, aproximando-se da polícia, forças armadas e forças repressivas, o capitão Guimarães fez o caminho inverso. Ele reuniu diversas ações em prol do combate aos movimentos de resistência armada ao regime e, com o tempo, foi se aproximando e se inserindo no jogo do bicho. Elio Gaspari relata o seu percurso enquanto integrante das forças repressivas do exército:

Na madrugada de 14 de maio de 1971, três capitães, dois sargentos e dois cabos da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia do Exército atacaram a casa de número 3375 da estrada do Mendanha, na mata de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Além de seus carros traziam um caminhão basculante e um furgão de presos da PE. Comandava a tropa o capitão Ailton Guimarães Jorge. Tinha 29 anos, era filho de um guarda-civil a quem acompanhava ainda criança em suas rondas pela Zona Norte do Rio. [...] Em 1968, fora carcereiro de Vladimir Palmeira e, nas horas seguintes à edição do AI-5, prendera o jornalista Paulo Francis e o poeta Ferreira Gullar. Um ano depois, num tiroteio na Vila Kosmos, levava um tiro na perna e tornara-se o primeiro oficial ferido em combate com terroristas. (Gaspari, 2002, p. 361-362)

Como se vê, capitão Guimarães possuía um lugar bastante central nas fileiras do combate às esquerdas armadas que lutavam contra a ditadura. Ele possuía certo protagonismo nesse terreno ao lado de figuras como o delegado Sérgio Paranhos Fleury, Carlos Alberto Brilhante Ustra, Claudio Guerra, Paulo Malhões e outros.

A entrada de Guimarães na cúpula do jogo do bicho é, de certa forma tardia. Em 1979, o bicheiro Guto, que tinha pontos do jogo em Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, foi morto. Na ocasião, Guimarães foi acusado de assassiná-lo. O capitão Guimarães herdou o território a leste da Baía de Guanabara e passou a integrar a nata dos banqueiros do jogo do bicho:

Coube ao bicheiro Tio Patinhas consertar a vida de Ailton Guimarães Jorge. Chamava-se Angelo Maria Longa, era o maior banqueiro de bicho do Rio de Janeiro. O processo de contrabando ainda tramitava, e o nome do capitão estava no Almanaque do Exército quando ele se transferiu formalmente para a contravenção, levando a patente por apelido e diversos colegas colaboradores. [...] Em três anos, o Capitão Guimarães foi de tenente a general, sentando-se no conselho dos sete grandes do bicho, redigindo as atas das

reuniões, delimitando as zonas dos pequenos banqueiros. Seu território estendeu-se de Niterói ao Espírito Santo. Seguindo a etiqueta de legitimação social de seus pares, apadrinhou a escola de samba Unidos de Vila Isabel e virou a maior autoridade do Carnaval, presidindo a liga das escolas do Rio de Janeiro. (Gaspari, 2002, p. 373-374)

Capitão Guimarães se firmou, assim, como um dos principais bicheiros do Rio de Janeiro, sendo companheiro de Anísio, Castor de Andrade, Luizinho Drummond e outros na cúpula do jogo do bicho. O capitão era ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao contrabando de armas e tráfico de drogas no morro dos Macacos. Foi eleito presidente da escola de samba Vila Isabel em 1983, mas nunca conseguiu ser campeão pela agremiação nessa posição. A Vila foi vencedora do carnaval carioca justamente quando ele deixou a função para assumir a liderança da Liesa, sendo substituído pela militante do PCB, Licia Maria Maciel Caniné, a Ruça, vencedora do desfile em 1988 com o samba Kizomba, composto por seu marido, Martinho da Vila (Jupiara; Otavio, 2016).

Capitão Guimarães tinha como fiel escudeiro o cabo Marco Antônio Povoleri, torturador que atuava nos porões da ditadura. Outro agente da repressão ligado ao jogo do bicho era Freddie Perdigão Pereira, que atuou no DOI-Codi e na Casa da Morte. Ele morava em Copacabana e frequentava a fazenda do médico-torturador Amílcar Lobo, em Vassouras. Certa vez foi lá e a esposa de Lobo tentou tirar uma foto dos dois conversando, mas ele a proibiu de fazê-lo. Pereira aprendeu técnicas de tortura no forte do Leme e a prisioneira política Etienne Romeu o caracterizou como um dos piores torturadores que ela teve na Casa da Morte, em Petrópolis. Ele era próximo de Claudio Guerra, que, em depoimento (Guerra, 2012), afirmou que Perdigão era ligado ao jogo do bicho e que ambos estiveram em operações para incineração de corpos de integrantes da resistência armada na usina de açúcar Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Pereira deu entrevistas a Luiz Fernando Fortunato, que redigiu o livro *A direita explosiva do Brasil* (Argolo; Ribeiro; Fortunato, 1996). Ele relata ao autor esteve envolvido em atentados com bombas durante a ditadura, a maior contra o processo de abertura política. Claudio Guerra menciona também em seu livro a chamada “irmandade”, que se reunia no Angu do Gomes, restaurante na praça Mauá inaugurado em 1977 pelos portugueses Basílio Pinto Moreira e João Gomes, com policiais da Scuderie Le Coq e outras pessoas ligadas à repressão durante a ditadura, muitos dos quais envolvidos diretamente também com o jogo do bicho (Jupiara; Otavio, 2016).

Os bicheiros possuíam conexões com outros ramos de atividades, como a indústria de motéis, surgida no país durante a ditadura, com participação oficial, em meio às passagens da década de 1960 e 1970. Trata-se de um ramo de atividades que era objeto de ação de empresários e gozava de apoio direto dos ditadores, bem como incentivos através da recém-criada Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que provia isenções e recursos públicos para a montagem de motéis ao longo das rodovias implantadas, reformadas e ampliadas no período (Guedes; Melo, 2021). No entanto, a inserção mais notória dos agentes do setor em meio à ditadura se deu mesmo no mundo do samba. A presença dos bicheiros no universo do carnaval foi crescente ao longo da ditadura e se coroou ao final do regime, conforme análise de Adriano de Freixo e Luiz Edmundo Tavares:

A aproximação entre o jogo do bicho e as escolas de samba, iniciada no começo da década de 1970, consolidou-se na década de 1980, sobretudo após a fundação da Liga

Independente das Escolas de Samba (Liesa), em 1984, com o objetivo de cuidar da parte comercial dos desfiles em todos os seus aspectos. A entidade, que surgiu como representante oficial das grandes escolas – e na qual os “patronos” dessas escolas teriam grande influência –, passou a ter o controle de todas as fases do desfile, da organização à execução, em uma perspectiva de “modernização” do carnaval segundo a ótica empresarial. (Freixo; Tavares, 2005, p. 139)

Dessa forma, como se pode verificar nesse trecho, ao final da ditadura, em meados da década de 1980, a cúpula do jogo do bicho resolveu tomar o desfile das escolas de samba do grupo principal para si, passando a conduzir o carnaval através do controle das principais agremiações que desfilavam na Sapucaí. Era uma espécie de consolidação da cúpula do jogo do bicho no universo do samba. E não se trata de acidente que esse episódio histórico tenha ocorrido justamente no momento de transição entre os governos militares e civis na década de 1980. A ditadura foi responsável direta pelo fortalecimento dos bicheiros e pela formação do cartel dos banqueiros na jogatina.

Conclusão:

Vimos ao longo deste artigo, em suas diferentes seções como se deu a relação do jogo do bicho com a ditadura brasileira. Na primeira parte, nos filiamos à tese que entende o regime inaugurado com o golpe de 1964 como uma ditadura empresarial-militar, que promove um ambiente político e econômico-social altamente favorável ao desenvolvimento das atividades empresariais capitalistas, em especial dos grandes grupos internacionais e domésticos. O regime implementa uma série de medidas que incorre em um processo de modernização do capitalismo brasileiro com o incentivo a grandes grupos empresariais e oligopolização de diversos setores da economia brasileira.

Na segunda seção do texto conhecemos mais sobre a história do jogo do bicho, apoiando-nos em Magalhães (2005) para entender a atividade como uma empresa, um negócio capitalista que organiza uma estrutura gerencial altamente complexa e hierarquizada distribuída pelo território do município e do estado do Rio de Janeiro, com emprego de significativa força de trabalho. Trata-se de uma atividade empresarial que se sofisticava com o tempo e que guarda uma significativa inserção junto ao aparelho de Estado e aos órgãos repressivos oficiais.

Por fim, na terceira e última parte do artigo tratamos da relação dos bicheiros com a ditadura, verificando a formação de importantes lideranças no jogo ao longo do regime, alçados à condição de banqueiros da contravenção, que controlam a economia da empresa. Esses agentes organizaram uma espécie de oligopólio no mercado do jogo do bicho e em outras atividades, dividindo o território do grande Rio e alhures em áreas de influência para cada um dos controladores da banca. Vimos também que ocorreu um processo de complexificação e diversificação das atividades do jogo durante a ditadura, com forte entrada no carnaval, como forma de garantir e expressar o controle sobre o território. Por fim, vimos que os bicheiros nutriram estreita relação com agentes do aparato repressivo durante a ditadura, tecendo relações com torturadores e também integrantes da cúpula do regime, em especial nas décadas de 1970 e 1980.

Dessa forma, verificamos que algumas linhas gerais do que ocorreu na economia e sociedade brasileira ao longo da ditadura se fizeram expressar no jogo do bicho ao longo desse período. Houve um

processo de concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos banqueiros do jogo durante as décadas de 1970 e 1980 que resultou na formação da cúpula do jogo do bicho, expressa no mundo do samba na forma da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), controlada pelo cartel da banca do bicho desde 1984. A forma violenta como esses agentes impõem o seu poder, com um rastro de assassinatos e ações de vingança, denota o caráter truculento como o poder dos bicheiros se postula, o que coaduna com o perfil autoritário da ditadura brasileira e do próprio processo de modernização capitalista no país historicamente. Mesmo com situações de revés, como prisões sentidas durante e após a ditadura por parte de alguns desses agentes, como no caso da detenção dos integrantes da cúpula do jogo do bicho em 1993 pela juíza Denise Frossard, esses episódios se mostraram temporários e não modificaram a organização dos negócios.

A influência desses bicheiros parece persistir com o tempo, sendo o seu poder e dinheiro legados para as novas gerações dessas famílias, que têm demonstrado força e uma série de disputas pela manutenção das posições conquistadas pelos integrantes originais da cúpula do jogo. A força expressa por alguns desses agentes atuais, como Rogério Andrade e outros, a ponto de obter decisões favoráveis no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal), parece indicar que essas dinastias de bicheiros fortalecidos durante a ditadura parecem não ter perdido força com as mudanças políticas e o distanciamento histórico que os anos têm feito em relação ao período da ditadura. Tal qual outros empresários que se formaram e se consolidaram com a proteção do regime implantado com o golpe de 1964, os grandes bicheiros do Rio de Janeiro também parecem ser crias da ditadura brasileira e, como outros controladores de grandes grupos capitalistas, suas famílias não viram o seu poder econômico e político ser arranhado com o fim do regime e a transição para a democracia.

Referências:

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IplanRio / Zahar, 1988.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ARÊAS, João Braga. **As Batalhas de O Globo: ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002**. Curitiba: Prismas, 2015.

ARGOLO, José A.; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. **A Direita Explosiva no Brasil: a história do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BEZERRA, Luiz Anselmo. A Beija-flor dos anos de sacrifício. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 217-232, 2010.

BEZERRA, Luiz Anselmo. **A Família Beija-flor**. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2010.

BEZERRA, Luiz Anselmo. Interferência militar e poder familiar em Nilópolis. *In*: SALES, Jean Rodrigues; FORTES, Alexandre. **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. Curitiba: Prismas, 2016, p. 169-211.

- BEZERRA, Luiz Anselmo. O mecenato do jogo do bicho e a ascensão da Beija-Flor no carnaval carioca. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 139-150, 2009.
- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián (org.). **Complicidad económica con la dictadura**: un país desigual a la fuerza. Santiago: LOM, 2019.
- BULCÃO, Clovis. **Os Guinle**: a história de uma dinastia. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CARVALHO, Julio Cesar Pereira. A ampliação de interesses empresariais pela política externa brasileira: um estudo sobre a Petrobras no Iraque durante a ditadura civil-militar. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 43, p. 119-136, 2019.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.
- DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FREIXO, Adriano de; TAVARES, Luiz Edmundo. O samba em tempos de ditadura: as transformações no universo das grandes escolas do Rio de Janeiro nas décadas de 1960 e 1970. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (org.). **A Ditadura em Debate**: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 123-150.
- FREIXO, Adriano de; TAVARES, Luiz Edmundo. A Ditadura na Avenida. **Nossa História**. São Paulo, v. 28, p. 60-64, 2006.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GLOBOPLAY. Podcast **República das Milícias**. Episódio 7: Autor desconhecido. 2021.
- GLOBOPLAY. Série **Vale o Escrito**. Episódio 1: Miro Garcia e Capitão Guimarães: os poderosos patronos. 2023.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2001 [1978].
- GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. **Os Motéis e o Poder**: da perseguição pelos agentes de segurança ao patrocínio pela ditadura militar. Rio de Janeiro: Murilo Fiuza de Melo, 2021.
- GUERRA, Claudio. **Memórias de uma Guerra Suja**: em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- HERSCHMANN, Micael; LERNER, Katia. **Lance de Sorte**: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque carioca. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- HONORATO, Cezar. **O Polvo e o Porto**: a companhia Docas de Santos (1888-1914). São Paulo / Santos: Hucitec / Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. **Os Porões da Contravenção**: jogo do bicho e ditadura militar; a história da aliança que profissionalizou o crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou leva**: do vale o impresso ao vale o escrito; uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MAGALHÃES, Felipe. Depoimento. *In*: GLOBOPLAY. Série **Doutor Castor**. Episódio 2: Sonhar com rei dá leão. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1867].

MEIRA, Selena de Mattos. **Jogo do Bicho**: a resistência pela transgressão. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Uerj, 2000.

MINELLA, Ary. Bancos e banqueiros durante os “anos de chumbo”. *In*: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Política Econômica nos Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 120.

MIROW, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis**: anatomia de um subdesenvolvimento. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429p.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo, 1750-1822**: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

RODRIGUES, Matheus da Costa. **Jogo do bicho**: contravenção, Castor de Andrade e a ditadura civil-militar brasileira. Trabalho de conclusão de curso de graduação em História. Seropédica: UFRRJ, 2021.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; CHINELLI, Filippina. O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho. **Revista do Rio de Janeiro**. V. 1, n. 1, p. 42-52, 1993.

SIMAS, Luiz Antonio. Depoimento. *In*: GLOBOPLAY. Podcast **Vale o Escrito**. Episódio 1: Paz e guerra no jogo do bicho. 2023.

SOARES, Simone Simões. **O Jogo do Bicho**: a saga de um fato social brasileiro. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

UOL (2023). “Série mais assistida da Globoplay, Vale o Escrito volta com episódios violentos”. **Notícias da TV**. Da Redação. Publicada em 01/12/2023.

VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. **Cuentas Pendientes**: los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

Notas

¹ Pós-Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Coordenador do LEHI (Laboratório de Economia e História da UFRRJ), do Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil (GTEDB) e do NECAP (Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais da UFRRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9808514796479539>, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9280-3649> E-mail: phpcampos@yahoo.com.br

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor da Rede municipal de Nova Iguaçu (RJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4519431865258243>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0722-9417> E-mail: luizanselmo80@gmail.com

³ Existe uma controvérsia na literatura especializada se o jogo do bicho deve ou não ser chamado de máfia. Trata-se de uma abordagem conceitual não-consensual entre os autores que se debruçam sobre o tema. Para uma discussão sobre isso, ver, dentre outros, Silva; Chinelli, 1993.

Recebido em: 03 de fev. 2024

Aprovado em: 06 de abr. 2024